



Em defesa do serviço público de qualidade

# SINDEMA JORNAL DO SINDICATO

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

Sede: Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 - Tel.: 4053-2930  
Site: [www.sindema.org.br](http://www.sindema.org.br) E-mail: [sindema@terra.com.br](mailto:sindema@terra.com.br) [facebook.com/sindema.org](https://www.facebook.com/sindema.org)

DIREÇÃO 2014/2017 27 JULHO 2015

CONTRA O DESRESPEITO E A CRISE DE GESTÃO

# PLANO DE LUTAS

*NÃO ABRIREMOS MÃO DE NOSSOS DIREITOS!*



## PARA GARANTIR NOSSO REAJUSTE ATO NA CÂMARA • DIA 6 • 14h

SINDEMA convoca a categoria a dar uma resposta à falta de respeito e de planejamento que imperam na gestão municipal! Não se trata, apenas, de crise financeira: Diadema sofre uma CRISE DE GESTÃO!



PÁGINA 2

**CONVOCADA JORNADA DE LUTAS**



PÁGINA 3

**AUMENTO DE 49% AOS VEREADORES**



PÁGINA 4

**EDUCAÇÃO DENUNCIA DESMANDOS**

# Mobilizar a categoria para o

## Prefeitura afirma, mas não prova, impossibilidade de atender o reajuste de 1,39%, previsto para o mês julho. SINDEMA ESTABELECE PLANO DE LUTAS!

As marcas do desrespeito da Administração com os trabalhadores públicos de Diadema estão em todas as partes: reuniões não realizadas no prazo acordado, mudança de horário de grevista, negativa ao reajuste salarial de 1,39%, previsto para o mês de julho, até agora nenhum reajuste dos benefícios VA e VR e a proibição da reposição dos dias parados na greve aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde. É assim que a prefeitura vem tratando o acordo assinado em nossa Campanha Salarial 2015.

### “Vivemos uma crise de gestão”

Diadema vive uma crise de gestão em virtude dos erros e prioridades estabelecidas pela Administração. É verdade que estamos passando por um momento difícil e que há uma crise econômica mundial afetando o Brasil, mas, o que precisamos dizer e compreender é que esta crise financeira é agravada pela verdadeira crise de gestão que vivemos em nossa cidade.

Existe uma contradição que a prefeitura não consegue explicar: apesar da crise, a receita tem um comportamento semelhante ao do ano passado, a inde-



nização da SABESP com a operação que substituiu a SANED trouxe uma receita extra significativa, o número de funcionários diminuiu mês a mês, e ainda assim a Administração alega problemas com a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Não convencem! Sem falar que medidas como o reajuste do Vale Refeição e Vale Alimentação não dependem da LRF e são itens que afetam duramente o orçamento dos funcionários, visto que a inflação da alimentação é superior à média dos demais produtos.

É preciso que a categoria fique alerta para os riscos desta crise de gestão, especialmente em relação ao funcionalismo.

Este governo quer acabar com a nossa dignidade! Faz isso quando impõe programas e convênios que prejudicam a categoria, quando aprova a implantação das OSs na Saúde e quando nos assedia moralmente. O prazo dado pela população e pelos próprios funcionários a este governo, venceu! É por isso que reafirmamos nossa dignidade de trabalha-

dores, fomos à greve e estamos mobilizados para lutar contra a perda de direitos.

### Vamos à luta!

Precisamos manter nossa organização e mobilizar a categoria para dizer à Administração que esta situação é inaceitável!

Em reunião do Comando de Mobilização, realizada no sábado, 25 de julho, definimos uma agenda para o nosso **PLANO DE LUTAS**. Sua participação é muito importante! Mobilize seu setor.



**06 AGO** ATO NA  
**14 HORAS** CÂMARA  
QUINTA-FEIRA MUNICIPAL

**15 E 16** FEIRAS  
AGOSTO LIVRES DA  
DISTRIBUIÇÃO DE JORNAL A POPULAÇÃO CIDADE

**07 AGO** PLENÁRIA DA  
**19 HORAS** EDUCAÇÃO  
SEXTA-FEIRA NO SINDEMA

**22 AGO** COMANDO DE  
**14 HORAS** MOBILIZAÇÃO  
SÁBADO NO SINDEMA

**10 A 14** ATOS NOS  
AGOSTO EQUIPAMENTOS  
DISTRIBUIÇÃO DE JORNAL A POPULAÇÃO DA PMD

**24 A 27** CONGRESSO  
AGOSTO ESTADUAL  
SINDEMA PARTICIPARÁ COM 4 DELEGADOS DA CUT SP

# que o acordo seja cumprido!

## ENQUANTO ISSO, votação unânime da Câmara Municipal reajusta salário de vereadores em 49% para legislatura 2017/2020

Os vereadores de Diadema ignoraram a crise econômica e, às pressas, sem divulgação prévia e conhecimento da população, aprovaram por unanimidade reajuste de 49% nos salários. A medida, que passará a valer em 2017, fará com que os vencimentos saltem de R\$10.192,10 para R\$15.193,27, com impacto anual de R\$1,26 milhão nas contas da Prefeitura.

O correto seria que os parlamentares tivessem o mesmo percentual conquistado pelos servidores, jamais a antecipação de um índice como este, que deverá ser muito maior que a inflação registrada em quatro anos. Numa realidade onde



**MOBILIZAÇÃO!** Trabalhadores voltarão à Câmara pelo cumprimento do Acordo

poucas categorias conseguem a reposição anual da inflação, e que a grande maioria dos trabalhadores recebem salários de 01 a 03 salários mínimos, será que os vereadores acham pouco o que ganham?

### Pela revogação dos 49% para os vereadores!

O SINDEMA convoca a todos os trabalhadores públicos e à população para lutarmos contra este aumento absurdo! Vamos cobrar dos vereadores que revejam a sua

atitude e revoguem esta lei absurda.

É um contrassenso total que, ao mesmo tempo que a Prefeitura se nega a cumprir o acordo salarial com a concessão da parcela de 1,39% prevista para julho, os vereadores adotem uma medida que prevê, mesmo que em 2017, a concessão antecipada de um índice que, provavelmente, será muito maior que a inflação acumulada até 2021. Não é possível viver com dois pesos e duas medidas: para o funcionalismo, nem mesmo a inflação passada, que já corroe nossos salários, para os vereadores reajuste antecipado maior que a inflação! No dia 6, estaremos na Câmara, exigindo o cumprimento do acordo e protestando contra esta injustiça!

## Na Saúde, autoritarismo afeta trabalhadores e população

### SINDEMA pede anulação da 9ª Conferência Municipal de Saúde

Diante de uma ação antidemocrática da Administração, que conduziu a 9ª Conferência Municipal de Saúde de forma truculenta e impediu a participação efetiva dos trabalhadores e da população, o SINDEMA protocolizou um requerimento, junto ao Ministério Público, cobrando a anulação do encontro.

O SINDEMA luta para que a Conferência seja um lugar onde a população e os trabalhadores da cidade possam ter voz para decidir os rumos da Saúde da cidade. "Exigimos a participação de todos e todas. Pedimos o apoio da população, de Sindicatos parceiros, de representantes do povo nos Conselhos para que



**BARRADOS:** Conselheiros Populares, trabalhadores e povo proibidos de entrar

possamos acabar com essa situação que leva, cada vez mais, a Saúde de Diadema para um verdadeiro caos", afirma o presidente do SINDEMA, Neno Aparecido.

Diante de tantas irregularidades, encaminhamos uma Moção

de Repúdio e denunciamos o ocorrido na cidade à 7ª Conferência Estadual de Saúde, realizada na semana passada, em Águas de Lindóia.

Veja a matéria completa, a lista das irregularidades e a Moção de Repúdio em nosso site.

### SECRETÁRIO DESCUMPRE ACORDO

Apesar do Acordo Coletivo, assinado pelo próprio prefeito e transformado em Lei, o secretário de Saúde continua desrespeitando a palavra dada pela Administração e manda perseguir trabalhadores que aderiram à greve. Transferências de locais e horários de trabalho, proibição da reposição das horas paradas e outras formas veladas de "punição" a quem exerceu o direito constitucional de lutar por melhores condições de salário e trabalho.

O SINDEMA já ingressou com Mandado de Segurança para que a Justiça faça o secretário compreender que ele não está acima da Lei!

# Exigimos a Lei do Piso e as conquistas nacionais do Magistério

Há sete anos, vigora no país a Lei 11.738/08, mais conhecida como Lei do Piso que assegura a todos os/as professores das redes públicas o direito a um terço da jornada de trabalho destinada a atividades extraclasse. Em Diadema, embora a luta pela aplicação da Lei exista desde 2008, a Secretaria da Educação, valendo-se da ação movida pelos governadores tucanos, ignorou a Lei Federal até 2011. Em Maio de 2011, o STF - Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei do Piso era constitucional e deveria ser aplicada imediatamente pelos estados e municípios. Mesmo assim, manteve-se apenas 20% para atividades extraclasse (formação e horas livres) no Estatuto do Magistério. Diante disso, o SINDEMA entrou com ação judicial em 2013, que se arrasta pelos tribunais, diante do desinteresse do Judiciário quando se trata de garantir direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

## Como está a situação do direito de "UM TERÇO" da jornada em Diadema

A Secretaria da Educação está colocando propostas de aplicação da Lei levando em consideração, exclusivamente, a questão da redução de custos, e não a partir do direito dos/as professores/as. A jornada de um terço extraclasse já está implantada na EJA, pois não demandou custos adicionais e também nas creches onde se reduziu o tempo de permanência da criança na escola. No caso das creches é preciso sempre reafirmar que seria possível assegurar as duas coisas: o direito do professor à redução da jornada e da criança em permanecer mais tempo na escola. Os demais segmentos ainda não têm previsão de implantação, mesmo com todos e todas tendo igual direito às mesmas condições de trabalho, jornada e salário. Só com organização e luta vamos conquistar a jornada

PROPOSTAS DA SE	DESTAQUES DO SINDEMA
<b>JORNADA DE 31h</b> 20h - com alunos 2h - HTPC 5h - HTP 4h - HTPL	<ul style="list-style-type: none"> <li>É preciso estipular um teto de implementação do plano para 100% da rede até março de 2016;</li> <li>O cronograma de aplicação das novas jornadas é de importância imediata;</li> <li>A ampliação de jornada para quem tiver interesse é imprescindível para aplicação da jornada de 1/3;</li> <li>A distribuição do trabalho pedagógico deve contar com mais HTPL do que com HTP, tendo em vista o tempo já dispensado pelos professores no planejamento fora da escola;</li> <li>Indicação do Professor Projeto no plano de aplicação das novas jornadas, principalmente para a Educação Infantil;</li> <li>A composição da jornada não pode estar atrelada ao segmento, uma vez que os professores, sejam PEB I ou PEB II podem circular em escolas de segmentos diferentes;</li> <li>A unificação dos horários de entrada e saída dos alunos nas escolas conforme os diferentes segmentos é o princípio para que todos possam cumprir seus horários de formação.</li> </ul>
<b>JORNADA DE 25h</b> 16h - com alunos 2h - HTPC 4h - HTP 3h - HTPL	
<b>JORNADA DE 22h</b> 14h - com alunos 2h - HTPC 3h - HTP 3h - HTPL	
<b>JORNADA DE 20h</b> 13h - com alunos 2h - HTPC 2h - HTP 3h - HTPL	

Abreviações: HTPC: Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo • HTP: Horário de Trabalho Pedagógico • HTPL: Horário de Trabalho Pedagógico Livre

para todos, pois a Secretaria da Educação já sinalizou que não pretende investir recursos financeiros para assegurar o direito do magistério. A Secretaria da Educação tem jogado propostas no portal, mas sem nenhum compromisso em afirmar que a im-

plantação para todos será no próximo ano letivo. Ou seja, continua a enrolação.

### Vamos à luta!

No dia 7 de agosto, uma Plenária da Educação vai discutir a implementação da Lei do Piso. Para ajudar

no debate, nossa Diretoria produziu a tabela acima, com as propostas da Secretaria de Educação para cada jornada e comentários do SINDEMA.

**Anote na sua agenda: Plenária da Educação Dia 7 de agosto 19h, no SINDEMA**

## Desperdício de dinheiro público

### Secretaria faz cadastro no PNLD e mantém contrato com o SESI

A PMD, através da Secretaria de Educação, cadastrou-se no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que compra e distribui obras didáticas aos alunos do ensino fundamental e médio, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Porém, o contrato com o SESI, para fornecimento de apostilas, ainda permanece. "Enca-

minhamos um ofício à Secretaria de Educação, esclarecendo que esta duplicidade não pode ocorrer e solicitamos o rompimento imediato com o SESI", destaca Mislene, professora e diretora do SINDEMA.

"O recurso está sendo utilizado duas vezes com o mesmo fim e ainda há a possibilidade de descartar o livro didático, que tem qualidade

superior ao material disponibilizado pelo SESI", completa Mara, também professora e membro de nossa diretoria.

Já a PDI e diretora do SINDEMA, Floripes Aguiar, lembra que "em 2010, situação equivalente aconteceu e os livros ainda encontram-se no depósito da PMD, aguardando a retirada pelo MEC para descarte".

## Plano Municipal de Educação: PMD descumprir prazo, cria comissão sem representação e não entrega documento-base

O prazo estabelecido para elaboração dos Planos Municipais de Educação, previsto no artigo 8º do PNE - Plano Nacional de Educação, expirou no dia 24 de junho e Diadema, sequer, iniciou a sua discussão.

O PNE prevê a construção dos Planos Municipais de forma colaborativa e participativa envolvendo sociedade civil e profissionais da educação na discussão. Na contramão, a Administração criou uma comissão sem nenhuma representa-



tividade para elaboração de um documento-base, que até o momento não foi apresentado.

O SINDEMA, através de

reuniões e ofícios, cobrou uma ação imediata para encaminha mento desta questão, uma vez que o município pode vir a ser impedido de celebrar convênios para repasse de recursos do Ministério da Educação - MEC como punição pelo não cumprimento do prazo.

## ELEIÇÃO DE DIRETORES E VICES CAIU NO ESQUECIMENTO...

Mais uma vez, o relógio das ações da Administração está atrasado! A eleição de diretores escolares e vices, que pelo Estatuto do Magistério deve ocorrer em outubro deste ano, regida por edital específico, não entrou na pauta do governo! Nenhum edital foi publicado e nenhuma informação é veiculada. O artigo 59 do Estatuto prevê a obrigação do curso de gestão escolar preparatório para eleição, e as medidas para que ele aconteça, também não foram tomadas ainda!

## CONTROLE BIOMÉTRICO DE PONTO NÃO ATENDE A EDUCAÇÃO

O controle biométrico implantado pela PMD não leva em consideração as diversas variações nos horários de trabalho dos profissionais da Educação e se mostra ineficaz no registro de presença dos trabalhadores/as. "Além do registro de ponto através dos leitores, temos que realizar um controle alternativo de ponto em papel", conta a professora Mara, diretora do SINDEMA. "São muitas as atividades não contempladas pelo sistema", aponta nossa diretora Mislene. HTPC, HTPL, HA, atividades extra-classe etc. são registrados no ponto alternativo, o que caracteriza mais uma situação de má gestão do dinheiro público.